



PREFEITURA
BELO HORIZONTE

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 01.028.775/16-16
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 01/2016

A Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTRANS, por sua Comissão Permanente de Licitação – CPL, designada pela Portaria BHTRANS DPR n.º 160/2015 de 16 de dezembro de 2015 e por sua Comissão Técnica, designada pela Portaria BHTRANS DPR n.º 018/2015 de 09 de fevereiro de 2015, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberta a **CONCORRÊNCIA PÚBLICA**, do tipo **MELHOR PROPOSTA TÉCNICA COM PREÇO FIXADO NO EDITAL**, com a finalidade de delegar Permissões do Serviço Público de Transporte Coletivo Suplementar de Passageiros do Município de Belo Horizonte à pessoa física e que visa atribuir a este serviço uma característica sistêmica, tornando-o mais adequado e satisfazendo as condições de eficiência, segurança, atualidade, generalidade, continuidade, cortesia e contribuindo para a melhoria da prestação do serviço e da qualidade de vida da população do Município de Belo Horizonte.

O presente Edital está fundamentado nos termos do art. 30, Inciso V, da Constituição Federal de 1988, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, do art. 193 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, de 21 de março de 1990, da Lei Municipal nº 5.953, de 31 de julho de 1991, do Decreto Municipal nº 15.996, de 15 de Junho de 2015, que autoriza a presente licitação de 300 (trezentas) permissões para execução do Serviço Público de Transporte Coletivo Suplementar de Passageiros do Município de Belo, bem como do art. 26, inciso XVI, do Estatuto Social da BHTRANS, consolidado pelo Decreto nº 10.941, de 17 de janeiro de 2002.

A prestação dos serviços ora licitados reger-se-á pelo disposto neste Edital e em seus Anexos, notadamente pelo Regulamento do Serviço Público de Transporte Coletivo Suplementar de Passageiros do Município de Belo Horizonte vigente, doravante denominado REGULAMENTO.

O aviso sobre esta licitação será publicado no Diário Oficial do Município de Belo Horizonte – DOM, Diário Oficial do Estado – “Minas Gerais”, em um jornal de grande circulação – “Hoje em Dia” e divulgado através da Internet – *site* da BHTRANS. Havendo modificação neste Edital, o aviso será publicado da mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido. Demais publicações como modificações no Edital que, inquestionavelmente, não afetarem a formulação das propostas, comunicados, esclarecimentos, impugnações, resultados de habilitação e classificação, recursos, adjudicação e homologação, serão feitas unicamente no DOM – Diário Oficial do Município e/ou no *site* da BHTRANS.

Este Edital estará disponível para *download* no *site* da BHTRANS, podendo ser obtida cópia na sede da BHTRANS, localizada à Av. Engenheiro Carlos Goulart, n.º 900, Bairro Buritis, Belo Horizonte – MG, no horário de 10h às 15h30, mediante comprovação de pagamento do custo referente às cópias reprodutivas.

Para consultas por meio da Internet, deverão ser acessados os *sites*:

BHTRANS: www.bhtrans.pbh.gov.br ou DOM – Diário Oficial do Município: www.pbh.gov.br/dom

Constituem Anexos deste Edital, dele fazendo parte integrante:

- ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
- ANEXO II – REDES E SERVIÇOS
- ANEXO III – ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICA
- ANEXO IV – POLÍTICA TARIFÁRIA E REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS
- ANEXO V – METODOLOGIA DO IQO – ÍNDICE DE QUALIDADE OPERACIONAL
- ANEXO VI – SITBUSSUP SISTEMA INTELIGENTE DE TRANSPORTE DO SUPLEMENTAR
- ANEXO VII – MODELO DE CARTA PARA CREDENCIAMENTO
- ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÕES
- ANEXO IX – MINUTA DO TERMO DE PERMISSÃO





**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

CAPÍTULO 1 OBJETO, METAS, PRAZOS E PREÇO

1.1 – OBJETO

1.1.1 – Delegação onerosa de 300 (trezentas) permissões para operação de 4 (quatro) Redes de Serviço (RS) do Serviço Público de Transporte Coletivo Suplementar de Passageiros do Município de Belo Horizonte.

1.1.2 – Constituição de cadastro de reserva, composto de 30 (trinta) LICITANTES, observada a ordem de classificação.

1.1.2.1 – A constituição de cadastro de reserva durante o prazo de validade desta licitação destina-se à:

a) Manutenção do quantitativo de permissões delegadas.

a.1) Havendo extinção da delegação de uma Permissão dentro do prazo de validade desta licitação, será convocado novo LICITANTE, obedecida a ordem de classificação constante do cadastro de reserva, para assumir o serviço pelo restante do prazo de validade estabelecido para as Permissões.

b) Ampliação do número de permissões para atendimento de aumento de demanda do serviço.

1.1.3 – As permissões são destinadas exclusivamente às pessoas físicas, sendo que, destas, 30 (trinta) Permissões são reservadas, preferencialmente, para LICITANTES com Deficiência, conforme condições estabelecidas neste Edital, seus Anexos e na legislação pertinente.

1.1.3.1 – As vagas reservadas aos LICITANTES com deficiência serão preenchidas considerando a ordem de classificação destes, sendo destinadas para este fim a 1ª (primeira), a 11ª (décima primeira) e a 21ª (vigésima primeira) posições na classificação final, e assim sucessivamente, na medida do surgimento de novas vagas no Sistema, obedecida a proporcionalidade legal.

1.1.3.2 – Caso não haja LICITANTES com deficiência suficientes para preenchimento das vagas a estes reservadas, as vagas remanescentes serão delegadas aos LICITANTES não-deficientes classificados, obedecida a ordem de classificação destes.

1.1.4 – A prestação dos serviços ora licitados reger-se-á pelo disposto neste Edital e em seus Anexos, notadamente pelo Regulamento do Serviço Público de Transporte Coletivo Suplementar de Passageiros do município de Belo Horizonte, sujeitando-se às disposições da Lei nº 8.666, de 1993, todas as alterações posteriores a estas normas e demais disposições legais aplicáveis.

1.1.5 – As especificações técnicas dos veículos e os requisitos mínimos para a prestação dos serviços encontram-se descritos no Termo de Referência – Anexo I, Anexo II – Redes e Serviços, Anexo III – Estudo de Viabilidade Econômica, Anexo IV – Política Tarifária e Remuneração dos Serviços, Anexo V – Metodologia do IQO – Índice de Qualidade Operacional, Anexo VI – SITBUSSUP Sistema Inteligente de Transporte do Suplementar e Anexo IX – Minuta do Termo de Permissão.

1.2 – METAS

1.2.1 – Prestar serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, observado o disposto neste Edital, no respectivo Termo de Permissão, no Regulamento do Serviço Público de Transporte Coletivo Suplementar de Passageiros do município de Belo Horizonte e na Lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

1.2.2 – Atribuir a este Serviço uma característica sistêmica, tornando-o mais adequado e satisfazendo as condições de eficiência, segurança, atualidade, generalidade, continuidade, cortesia e contribuindo para a melhoria da prestação do Serviço e da qualidade de vida da população do Município de Belo Horizonte.





**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

1.3 – PRAZOS

1.3.1 – O prazo de validade desta licitação será de 2 (dois) anos, contado da data de publicação da homologação no DOM – Diário Oficial do Município, podendo ser prorrogado por igual período.

1.3.2 – O prazo de vigência das Permissões delegadas por meio desta Concorrência Pública é até a data de 14 de novembro de 2028, sendo este prazo o referencial máximo para a prestação do STSP, não garantindo para o Permissionário direito a indenização em caso de extinção da Permissão.

1.4 – PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

1.4.1 – O **valor da outorga fixado** para esta licitação é de **R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)** por Permissão, pelo período de vigência.

1.4.2 – O pagamento da outorga poderá ser efetuado em até 60 (sessenta) parcelas iguais e mensais, corrigidas anualmente pelo IPCA, devendo o primeiro pagamento ser realizado no ato de assinatura do Termo de Permissão e os demais no mesmo dia dos meses subsequentes ao início da operação dos serviços, sob pena de extinção da Permissão.

1.4.3 – Ocorrendo atraso no pagamento de qualquer parcela por culpa do Permissionário, o valor devido será corrigido à razão de 2% (dois por cento) ao mês, *pro-rata-die*, no período compreendido entre o vencimento e o efetivo pagamento.

1.4.4 – Em caso de atraso superior a 30 (trinta) dias no pagamento de qualquer parcela, será antecipado automaticamente o vencimento das demais parcelas, sem prejuízo de eventuais atualizações pelo IPCA, multa de 2% (dois por cento), cobrança judicial e demais cominações legais, sob pena de extinção da permissão.

1.4.5 – Os pagamentos deverão ser realizados mediante depósito na conta corrente da BHTRANS, em conta a ser indicada no ato da assinatura do Termo de Permissão.

1.4.5.1 – Os depósitos deverão ser identificados em nome do Permissionário.

1.4.5.2 – A BHTRANS poderá alterar, a qualquer momento, a forma de pagamento das parcelas.

1.4.3 – Em caso de extinção da Permissão, o valor pago pela mesma não será devolvido pela BHTRANS.

CAPÍTULO 2 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 – PODERÃO PARTICIPAR DA PRESENTE LICITAÇÃO

2.1.1 – Poderão participar da presente licitação pessoas físicas, desde que satisfaçam as exigências deste Edital e seus Anexos.

2.1.2 – Para eventual participação de servidor ou empregado de qualquer dos Poderes da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, será exigida prova do prévio desligamento (exoneração/demissão) como condição para a celebração do Termo de Permissão, quando o Adjudicatário firmará declaração de extinção e/ou inexistência de outro vínculo com a Administração Pública, sob as penas da lei e da perda do direito à Permissão.

2.1.3 – O LICITANTE detentor de autorização, permissão ou concessão de qualquer serviço público poderá participar e, se convocado, deverá apresentar, junto à documentação exigida para cadastro, sob pena de desclassificação e sem prejuízo das demais sanções legais, a renúncia da Delegação anterior, demonstrada mediante certidão expedida pelo delegante.

2.1.4 – O LICITANTE deverá possuir, até a data-limite para entrega da proposta, CNH categoria “D” ou “E” constando no campo “Observações” a expressão “*Exerce atividade remunerada*” ou equivalente, aposta pelo DETRAN.





PREFEITURA
BELO HORIZONTE

2.2 – IMPEDIMENTOS À PARTICIPAÇÃO

2.2.1 – A participação nesta licitação estará impedida às pessoas jurídicas, bem como às físicas que encontrarem-se em qualquer uma das seguintes situações:

a) sob processo de insolvência civil;

b) suspensão temporariamente de licitar e/ou impedida de contratar, ambas com a Administração Municipal de Belo Horizonte ou quaisquer de seus órgãos e entidades descentralizadas, e/ou declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública em quaisquer das esferas da Federação;

c) aposentada por invalidez.

2.2.2 – Não será permitida a participação nesta licitação de empregados da BHTRANS.

2.2.3 – Não será admitida a participação de LICITANTE Pessoa Física ex-Permissionário, ex-autorizatório, ex-Conductor Auxiliar, ex-acompanhante, ex-Agente/Auxiliar de Bordo ou ex-Operador de transporte público que teve seu registro cassado até 2 (dois) anos antes da data de publicação deste Edital.

2.2.4 – Verificada a ocorrência de quaisquer dos casos de impedimento previstos nos subitens anteriores durante o presente procedimento licitatório ou posteriormente ao mesmo, o LICITANTE/Permissionário será desclassificado ou terá sua Permissão extinta, conforme o caso, assegurado o direito de ampla defesa.

2.2.5 – A observância das vedações dos subitens 2.2.1 a 2.2.3 é de inteira responsabilidade da LICITANTE que, pelo descumprimento, sujeitar-se-á às penalidades cabíveis.

2.3 – CONDIÇÕES DE ENDEREÇAMENTO E PROTOCOLIZAÇÃO DOS ENVELOPES

2.3.1 – A Proposta Técnica – **Envelope nº 01** e os Documentos para Habilitação – **Envelope Nº 02** **deverão ser apresentados na Sede da BHTRANS**, à Av. Engenheiro Carlos Goulart, n.º 900, Bairro Buritis, Belo Horizonte – MG, no horário de 9h às 16h, no período de **28/04/2016 a 03/05/2016**, exceto sábados, domingos e feriados, em envelopes opacos, separados, fechados, rubricados e identificados na forma a seguir:

ENVELOPE n.º 01
CONCORRÊNCIA PÚBLICA n.º 01/2016
PROPOSTA TÉCNICA

À
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S.A. – BHTRANS
Av. Engenheiro Carlos Goulart, n.º 900, Buritis
30.455-902 – Belo Horizonte/MG

Pessoa Portadora de Deficiência: () Sim () Não

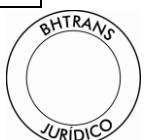
Nome completo do Licitante: _____

CNH: _____ / CPF: _____

Endereço do Licitante (Rua/Av., nº, complemento, bairro, Cidade, Estado e CEP): _____

E-mail: _____

Telefone(s) de Contato: (____) _____ / (____) _____





**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

ENVELOPE n.º 02
CONCORRÊNCIA PÚBLICA n.º 01/2016
DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

À
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S.A. – BHTRANS
Av. Engenheiro Carlos Goulart, n.º 900, Buritis
30.455-902 – Belo Horizonte/MG

Pessoa Portadora de Deficiência: () Sim () Não

Nome completo do Licitante: _____

CNH: _____ / CPF: _____

Endereço do Licitante (Rua/Av., nº, complemento, bairro, Cidade, Estado e CEP): _____

E-mail: _____

Telefone(s) de Contato: (____) _____ / (____) _____

2.3.1.1 – Deverão ser apresentados apenas 2 (dois) envelopes (Envelopes nº 01 e 02) por Licitante, e todos eles deverão ser protocolados simultaneamente, sob pena de impedimento da participação do interessado no certame.

2.3.1.1.1 – Em nenhuma hipótese a CPL receberá os envelopes parcialmente ou substituirá envelopes já protocolados.

2.3.1.2 – A protocolização dos envelopes fora do prazo estabelecido no subitem 2.3.1 determinará o impedimento da participação do interessado no certame.

2.3.1.3 – Havendo divergência entre a numeração e o título indicativo dos envelopes, prevalecerá este último.

2.3.1.4 – Havendo dois ou mais conjuntos de envelopes de uma mesma Licitante com numeração e título indicativos idênticos, nenhum deles será aberto, determinando o impedimento da participação do interessado no certame.

2.3.1.5 – Após a entrega dos envelopes, não será permitida a inclusão e/ou substituição de documentos ou retificação da proposta.

2.3.2 – Ao inscrever-se, a pessoa portadora de deficiência deverá assinalar nos envelopes a sua opção em concorrer à reserva de vagas para Portadores de Deficiência.

2.3.2.1 – Os LICITANTES portadores de deficiência que não indicarem, nos envelopes, a sua opção de concorrer à reserva de vagas, participarão da licitação sem direito a essa reserva.

2.3.2.1.1 – A CPL poderá, de acordo com os documentos inseridos no Envelope nº 01 – Proposta Técnica, considerar o LICITANTE como Portador de Deficiência, mesmo que não tenha indicação no Envelope.

2.3.3 – Não serão aceitos documentos ou propostas enviados por fax ou por qualquer tipo de correio eletrônico, admitindo-se a condição prevista no subitem 2.3.4.

2.3.4 – Os envelopes de Proposta Técnica (Envelope nº 01) e de Documentos para Habilitação (Envelope nº 02), quando enviados por via postal ou equivalente (serviços especializados de entrega, transportadoras etc.), somente serão considerados para a licitação se derem entrada no Protocolo da BHTRANS até a data e hora definidas no subitem 2.3.1, independentemente da data e horário da postagem ou da remessa.





**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

2.3.4.1 – A CPL – Comissão Permanente de Licitação não se responsabilizará por envelopes encaminhados na forma descrita no subitem 2.3.4, entregues em local diverso do estabelecido e que, por isso, não cheguem na data e horário previstos neste Edital.

2.3.5 – A sessão de abertura dos ENVELOPES n.º 01 – PROPOSTA TÉCNICA – está prevista para o **dia 06/05/2016, às 10 horas**, na Sede da BHTRANS, no endereço acima definido, em sessão pública, sendo processada pela Comissão Permanente de Licitação.

2.4 – REPRESENTANTES LEGAIS E MANDATÁRIOS DOS LICITANTES

2.4.1 – Os LICITANTES poderão indicar um representante para intervir em qualquer fase do procedimento licitatório e responder, para todos os efeitos, no presente momento ou a posteriori, por sua representada.

2.4.2 – O Instrumento que comprovará a representatividade do LICITANTE (Procurador/Credenciado) será o Instrumento Público ou Particular de Procuração, com prazo de validade em vigor, ou Carta de Credenciamento, conforme modelo disposto no Anexo VII, em cujos termos sejam outorgados ao procurador/credenciado os poderes necessários à prática de todos os atos pertinentes ao certame, observado o disposto no subitem 2.4.3.

2.4.3 – Nas hipóteses de representação mediante Instrumento Particular de Procuração ou Carta de Credenciamento, é obrigatório o reconhecimento da firma do respectivo outorgante por Cartório competente, bem como a apresentação da documentação que lhe comprove a titularidade dos poderes necessários à constituição do procurador ou representante credenciado (carteira de identidade ou documento de valor legal equivalente (identidades funcionais de entidades de classe, certificado de reservista, carteira de trabalho, carteira nacional de habilitação com foto ou passaporte)).

2.4.3.1 – O representante (procurador ou credenciado) deverá estar munido de documento hábil de identificação para, se convocado para tal, identificar-se.

2.4.4 – Não apresentando quaisquer das formas de representação citadas no subitem 2.4.2, o LICITANTE ficará sem representante perante a Comissão de Licitação, não podendo fazer consignar em Ata suas observações, rubricar documentos, bem como praticar os demais atos de um mandatário, persistindo a situação até que esta necessidade seja atendida, sendo-lhe resguardado o direito de assistir à sessão pública.

2.4.5 – Nas sessões públicas, somente será admitida a participação efetiva de um único representante de cada LICITANTE durante os trabalhos.

2.4.6 – Em caso de participação do próprio LICITANTE, este deverá estar portando o documento legal de identificação (carteira de identidade ou documento de valor legal equivalente (identidades funcionais de entidades de classe, certificado de reservista, carteira de trabalho, carteira nacional de habilitação com foto ou passaporte)).

2.4.7 – Os documentos indicados no item 2.4 e seus subitens poderão ser apresentados no original, em fotocópias autenticadas por Cartório competente ou em publicação em jornal da Imprensa Oficial.

CAPÍTULO 3 PROPOSTA TÉCNICA (ENVELOPE Nº 01)

3.1 – A PROPOSTA TÉCNICA deverá ser encaminhada no **ENVELOPE n.º 01** e apresentada conforme exigências constantes neste Capítulo, contendo a identificação do LICITANTE, datada, rubricada em todas as suas páginas, devidamente assinada pelo Licitante ou o seu representante legal, devendo obedecer as condições contidas neste Edital e seus Anexos.

3.1.1 – O Licitante deverá apresentar, no Envelope nº 01 – Proposta Técnica, os seguintes documentos:

a) CNH – Carteira Nacional de Habilitação (com foto) na(s) categoria(s) “D” ou “E”, dentro do prazo de validade, constando no campo “Observações” a expressão “*Exerce atividade remunerada*” ou equivalente, aposta pelo DETRAN (deverá ser apresentada em fotocópia autenticada na forma da Lei).

a.1) A CNH deverá estar com validade plena na data limite fixada para apresentação das propostas.





**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

b) Comprovante de tempo de experiência como CONDUTOR DE VEÍCULO de transporte coletivo público urbano, em veículos com capacidade igual ou superior a 22 (vinte e duas) pessoas, sob regulação de órgão público competente.

b.1) A comprovação deverá ser realizada por meio de cópia da Carteira de Trabalho devidamente acompanhada da respectiva certidão de inscrição emitida pelo INSS, ou certidão/declaração/atestado emitido pela autoridade pública responsável pela gestão do Transporte.

c) Comprovante de tempo de experiência em GESTÃO DE OPERAÇÃO de Serviços Públicos de Transporte Coletivo, compreendendo, no mínimo, as seguintes atividades: programação de viagem, geração de gráfico de marcha e administração de ponto de controle.

c.1) A comprovação deverá ser realizada por meio da certidão/declaração/atestado emitido pela autoridade pública responsável pela gestão do Transporte.

d) Comprovante de tempo de experiência em GESTÃO DE VEÍCULO em Serviços Públicos de Transporte Coletivo.

d.1) A comprovação deverá ser realizada por meio da certidão/declaração/atestado emitido pela autoridade pública responsável pela gestão do Transporte.

e) Comprovante de tempo de experiência em GESTÃO DE BILHETAGEM ELETRÔNICA em Serviços Públicos de Transporte Coletivo.

e.1) A comprovação deverá ser realizada por meio da certidão/declaração/atestado emitido pela autoridade pública responsável pela gestão do Transporte.

f) Declaração de Compromisso de apresentação de Certificado de Registro do Veículo (CRV) assinada pelo Licitante ou arrendamento em nome do Licitante ou, ainda, de empresa individual em seu nome, constituída para este fim, referente a veículo licenciado no Município de Belo Horizonte na categoria “aluguel”.

g) Comprovante “Consulta Pontuação do Condutor” ou equivalente, emitido pelo DETRAN ou obtido pelo site do órgão na Internet, entre a data da publicação do Edital e a data-limite para entrega da proposta e referente aos 12 (doze) meses anteriores.

h) **LAUDO MÉDICO** indicando o nome completo e o número do CPF do LICITANTE, a espécie e o grau ou o nível de deficiência de que é portador, **com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID**, nos termos da Lei Federal nº 7.853/1989, do Decreto Federal nº 3.298/1999 e da Lei Municipal nº 9.078/2005 (**DOCUMENTO A SER APRESENTADO PELOS LICITANTES PORTADORES DE DEFICIÊNCIA**).

h.1) O Laudo Médico deverá ser emitido após a data de publicação deste Edital e deverá ser datado e assinado pelo médico responsável, indicando, de forma legível, o nome completo do médico e o número de registro no CRM – Conselho Regional de Medicina.

h.2) O Laudo Médico deverá ser apresentado, preferencialmente, digitado. Não será considerado documento apresentado com escrita ilegível.

h.3) O LICITANTE que assinalar no Envelope a sua opção em concorrer à reserva de vagas para Portadores de Deficiência e não apresentar o LAUDO MÉDICO em conformidade com o disposto nas alíneas “h” a “h.3” acima, participará da licitação sem direito a essa reserva.

3.2 – A Proposta Técnica deverá ser apresentada, preferencialmente, encadernada, rubricada e numerada sequencialmente.

3.3 – Todos os documentos inseridos no Envelope de Proposta Técnica deverão ser apresentados no original ou em fotocópias autenticadas na forma da Lei, com exceção da CNH que deverá ser apresentada em fotocópia autenticada na forma da Lei.





**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

3.4 – Quaisquer documentos/declarações firmados pelas LICITANTES, se for o caso, deverão estar assinados pela Licitante ou o seu representante legal.

3.5 – Caso a Proposta Técnica seja assinada pelo representante legal do LICITANTE, deverá ser apresentado o documento que comprove a representatividade do LICITANTE (Procuração Pública ou Particular ou Carta de Credenciamento), bem como a apresentação da documentação que lhe comprove a titularidade dos poderes necessários à constituição do procurador ou representante credenciado (carteira de identidade ou documento de valor legal equivalente (identidades funcionais de entidades de classe, certificado de reservista, carteira de trabalho, carteira nacional de habilitação com foto ou passaporte), salvo se já tiver sido apresentado na situação prevista no item 2.4.

3.6 – Quaisquer documentos apresentados em língua estrangeira deverão estar acompanhados das respectivas traduções oficiais juramentadas, inclusive quanto aos registros.

3.7 – As certidões e demais documentos que possuem validade, deverão estar com vigência plena na data limite fixada para apresentação das propostas.

3.7.1 – As certidões e/ou documentos que não tenham expressos a sua validade pelos respectivos emitentes somente serão aceitos se expedidos há 120 (cento e vinte) dias, no máximo, da data limite fixada para apresentação das propostas, ressalvados os documentos que, por natureza, possuam prazo de validade indeterminado.

CAPÍTULO 4

DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 02)

O **ENVELOPE N.º 02**, ao ser entregue, deverá conter os seguintes documentos obrigatórios, com os prazos de validade em vigor:

4.1 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

4.1.1 – Documento Oficial de Identificação Civil.

4.1.1.1 – Será aceito como documento de identificação qualquer um dos seguintes (COM FOTO):

- a) carteira nacional de habilitação;
- b) carteira de identidade ou documento de valor legal equivalente (identidades funcionais de entidades de classe);
- c) carteira de trabalho;

4.2 – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

4.2.1 – Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de débitos federais e à Dívida Ativa da União, comprovando a regularidade com a Fazenda Federal;

4.2.2 – Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Estado relativo ao domicílio do LICITANTE, relativa a débitos estaduais, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual;

4.2.3 – Certidão Negativa de Débito - CND, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Município relativo ao domicílio do Licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal;

4.2.4 – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

4.5 – DECLARAÇÕES:

- a) De Responsabilidade, Compromisso e Aceite dos Termos do Edital e Anexos.
- b) De que não exerce atividade incompatível com a de Permissionário do Serviço Público de Transporte Coletivo Suplementar de Passageiros.





**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

c) Que não emprega trabalhador nas situações previstas no inciso V do art. 27 da Lei Federal n.º 8.666/93, acrescido pela Lei Federal n.º 9.854/99 e declaração de não possuir superveniência de fato impeditivo de habilitação.

d) De Elaboração Independente de Proposta

e) De Residência e Domicílio.

4.5.1 – As declarações acima deverão ser apresentadas no original ou cópia autenticada, assinada pelo LICITANTE ou seu representante legal, conforme modelo constante no Anexo VIII.

4.6 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES À HABILITAÇÃO

4.6.1 – Toda a documentação deverá, preferencialmente, ser apresentada rubricada e numerada sequencialmente.

4.6.2 – A não apresentação do Documento Oficial de Identificação Civil exigido no subitem 4.1.1 não implicará em inabilitação do LICITANTE uma vez que esta exigência poderá ser atendida com a CNH – Carteira Nacional de Habilitação que será apresentada no Envelope nº 01 – Proposta Técnica.

4.6.2.1 – O LICITANTE que não apresentar a CNH no Envelope nº 01 terá a sua proposta técnica desclassificada e não participará da fase de habilitação.

4.6.3 – As Certidões Negativas ou Positivas com Efeito de Negativas poderão ser emitidas pelo *site* do Órgão ou obtidas presencialmente no Órgão, sendo que esta deverá ser apresentada no original ou cópia autenticada por Cartório.

4.6.3.1 – As certidões emitidas pela Internet não precisam de autenticação.

4.6.4 – A CPL poderá efetuar consulta aos *sites* dos órgãos emissores para confirmar a autenticidade dos documentos extraídos pela Internet.

4.6.5 – O documento solicitado no item 4.1 deverá ser apresentado em cópia autenticada por cartório competente.

4.6.6 – Os demais documentos solicitados poderão ser apresentados no original, em cópias legíveis autenticadas por cartório competente ou em publicação em jornal da Imprensa Oficial.

4.6.7 – Quaisquer documentos apresentados em língua estrangeira deverão estar acompanhados das respectivas traduções oficiais juramentadas, inclusive quanto aos registros.

4.6.8 – As certidões e demais documentos que possuem validade, deverão estar com vigência plena na data limite fixada para apresentação das propostas.

4.6.8.1 – As certidões que não tenham expressa a sua validade pelos respectivos emitentes somente serão aceitas se expedidas há 120 (cento e vinte) dias, no máximo, da data limite fixada para apresentação das propostas, ressalvados os documentos que, por natureza, possuam prazo de validade indeterminado.

CAPÍTULO 5 PROCEDIMENTOS DA LICITAÇÃO

5.1 – Com fundamento nos termos do art. 18-A da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, incluído pela Lei nº 11.196, de 06 de abril de 2005, que faculta ao Poder Concedente a inversão de fases de habilitação e julgamento em licitações, o presente certame será processado em 2 (duas) fases, a saber:

- a) 1ª Fase, com a abertura dos Envelopes N.º 01, contendo as Propostas Técnicas;
- b) 2ª Fase, com a abertura do Envelope N.º 02, contendo os Documentos para Habilitação das LICITANTES com propostas classificadas até a 500ª (quingentésima) posição, para verificação do atendimento das condições fixadas neste Edital.

5.2 – A abertura dos ENVELOPES N.º 01 – Propostas Técnicas será feita em sessão pública, no dia, local e hora indicados no subitem 2.3.5 deste Edital, em sessão pública, dirigida pela Presidente da Comissão Permanente de Licitação.





**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

5.3 – A sessão será suspensa para apuração, análise e julgamento das Propostas Técnicas, observada a Portaria BHTRANS DPR nº 018/2015, de 09 de fevereiro de 2015.

5.4 – Durante a fase de análise, poderá ser realizada qualquer diligência ou procedimento destinado a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

5.5 – A decisão quanto à classificação das Propostas Técnicas será publicada no DOM – Diário Oficial do Município e no *site* da BHTRANS, ficando os envelopes de Documentos de Habilitação sob a guarda da CPL, devidamente lacrados e rubricados.

5.6 – A desclassificação da proposta técnica do LICITANTE impedirá a sua participação nas fases seguintes.

5.7 – Encerrada a fase de classificação das propostas, conforme subitem 5.5, será aberto o envelope com os documentos de habilitação dos LICITANTES com propostas classificadas até a 500ª (quingentésima) posição, para verificação do atendimento das condições fixadas neste Edital.

5.8 – Para fins de preenchimento das vagas reservadas aos LICITANTES portadores de deficiência classificados, todos os envelopes com os documentos de habilitação apresentados serão abertos, para verificação do atendimento das condições fixadas neste Edital.

5.9 – Os envelopes de Documentos de Habilitação serão abertos:

- a) após transcorrido o prazo legal, sem que tenha havido interposição de recurso, mediante convocação que será publicada no DOM – Diário Oficial do Município e no *site* da BHTRANS; ou
- b) após publicação de decisão dos recursos interpostos, mediante convocação que será publicada no DOM – Diário Oficial do Município e no *site* da BHTRANS.

5.10 – Verificado o atendimento das exigências editalícias para habilitação, o LICITANTE será declarado habilitado.

5.11 – Ultrapassada a fase de classificação e abertos o Envelope de Documentos para Habilitação, não caberá desclassificação por motivos relacionados à classificação das Propostas, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

5.12 – Proclamado o resultado final do certame, o objeto será adjudicado aos Licitantes vencedores, observado o número de vagas existentes.

5.13 – A abertura dos envelopes Proposta Técnica e de Documentação será realizada em sessão pública, lavrando-se ata circunstanciada, assinada pelos membros da CPL e pelos LICITANTES/representantes legais presentes à sessão, caso queiram.

5.13.1 – Toda a documentação e as propostas serão rubricadas pelos membros da CPL e pelos LICITANTES/representantes legais presentes à sessão, caso queiram.

5.13.2 – A Comissão Permanente de Licitação, por meio de sua Presidente e mediante a concordância dos LICITANTES/representes presentes, poderá definir outra maneira para a rubrica dos documentos (proposta, habilitação e ata), devendo constar em ata o procedimento adotado.

5.13.3 – Caso algum LICITANTE/representante presente à sessão queira consignar as suas manifestações, ele receberá uma folha em branco para registrá-las de próprio punho, sendo que este documento será anexado a ata.

5.14 – É facultado à CPL, ou autoridade superior, em qualquer fase da Licitação, determinar a dilação de prazo, promover diligências destinadas à instrução do processo ou solicitar, a seu critério, participação ou colaboração de equipe técnica da BHTRANS, técnico ou instituição técnica reconhecida, para subsidiar as suas decisões.

5.15 – Os envelopes de Documentos para Habilitação dos LICITANTES que tiveram suas propostas desclassificadas estarão disponíveis para devolução aos interessadas (*inciso II do art. 43 da Lei 8666/93*) pelo prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da publicação da decisão final do certame no DOM (*Ato de homologação, revogação ou anulação*).





**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

5.15.1 – Encerrado esse prazo, a documentação não retirada será considerada inservível e inutilizada pela CPL.

CAPÍTULO 6

EXAME E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

6.1 – O julgamento da presente concorrência será o de “melhor proposta técnica, com preço fixado no Edital”.

6.2 – Os LICITANTES serão classificados em conformidade com a pontuação que lhes será distribuída cumulativamente diante da Proposta Técnica apresentada, conforme condições e exigências constantes no Capítulo 3 deste Edital.

6.3 – A classificação dos LICITANTES far-se-á pelo critério da contagem e totalização de pontos de cada proposta, observados os critérios a seguir:

a) Comprovante de tempo de experiência como CONDUTOR DE VEÍCULO de transporte coletivo público urbano, em veículos com capacidade igual ou superior a 22 (vinte e duas) pessoas, sob regulação de órgão público competente.

a.1) A comprovação deverá ser realizada por meio de cópia da Carteira de Trabalho devidamente acompanhada da respectiva certidão de inscrição emitida pelo INSS, ou certidão/declaração/atestado emitido pela autoridade pública responsável pela gestão do Transporte.

a.2) O tempo de experiência a ser considerado para fins de pontuação obedecerá à tabela abaixo:

TEMPO DE EXPERIÊNCIA	PONTUAÇÃO
Menos de 2 anos	0 ponto
De 2 anos e 1 dia a 3 anos	100 pontos
De 3 anos e 1 dia a 4 anos	200 pontos
De 4 anos e 1 dia a 5 anos	300 pontos
De 5 anos e 1 dia a 6 anos	400 pontos
Acima de 6 anos e 1 dia	500 pontos

b) Comprovante de tempo de experiência em GESTÃO DE OPERAÇÃO de Serviços Públicos de Transporte Coletivo, compreendendo, no mínimo, as seguintes atividades: programação de viagem, geração de gráfico de marcha e administração de ponto de controle.

b.1) Entende-se como gestão de operação de serviço: operação do sistema de transporte coletivo público executando ações relativas à operação do serviço.

b.2) A comprovação deverá ser realizada por meio da certidão/declaração/atestado emitido pela autoridade pública responsável pela gestão do Transporte.

b.3) O tempo de experiência a ser considerado para fins de pontuação obedecerá à tabela abaixo:

TEMPO DE EXPERIÊNCIA	PONTUAÇÃO
Menos de 2 anos	0 ponto
De 2 anos e 1 dia a 3 anos	5 pontos
De 3 anos e 1 dia a 4 anos	10 pontos
De 4 anos e 1 dia a 5 anos	15 pontos
De 5 anos e 1 dia a 6 anos	20 pontos
Acima de 6 anos e 1 dia	25 pontos





**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

c) Comprovante de tempo de experiência em GESTÃO DE VEÍCULO em Serviços Públicos de Transporte Coletivo.

c.1) Entende-se como gestão de veículo a execução de ações relativas à gestão de frota de serviços de transporte como: aquisição de veículo, aquisição de peças e serviços, programação de manutenção, contratação de seguros, vistoria e limpeza.

c.2) A comprovação deverá ser realizada por meio da certidão/declaração/atestado emitido pela autoridade pública responsável pela gestão do Transporte.

c.3) O tempo de experiência a ser considerado para fins de pontuação obedecerá à tabela abaixo:

TEMPO DE EXPERIÊNCIA	PONTUAÇÃO
Menos de 2 anos	0 ponto
De 2 anos e 1 dia a 3 anos	5 pontos
De 3 anos e 1 dia a 4 anos	10 pontos
De 4 anos e 1 dia a 5 anos	15 pontos
De 5 anos e 1 dia a 6 anos	20 pontos
Acima de 6 anos e 1 dia	25 pontos

d) Comprovante de tempo de experiência em GESTÃO DE BILHETAGEM ELETRÔNICA em Serviços Públicos de Transporte Coletivo.

d.1) Entende-se como gestão de bilhetagem eletrônica a execução de ações relativas à operação de sistema de bilhetagem eletrônica de sistema de transporte coletivo público como: operação de equipamentos embarcados, coleta e transmissão de dados, atualização de listas e ordens de serviço, transferência de dados e logs.

d.2) A comprovação deverá ser realizada por meio da certidão/declaração/atestado emitido pela autoridade pública responsável pela gestão do Transporte.

d.3) O tempo de experiência a ser considerado para fins de pontuação obedecerá à tabela abaixo:

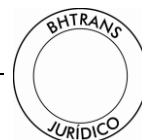
TEMPO DE EXPERIÊNCIA	PONTUAÇÃO
Menos de 2 anos	0 ponto
De 2 anos e 1 dia a 3 anos	5 pontos
De 3 anos e 1 dia a 4 anos	10 pontos
De 4 anos e 1 dia a 5 anos	15 pontos
De 5 anos e 1 dia a 6 anos	20 pontos
Acima de 6 anos e 1 dia	25 pontos

e) Declaração de Compromisso de apresentação de Certificado de Registro do Veículo (CRV) assinada pelo Licitante ou arrendamento em nome do Licitante ou, ainda, de empresa individual em seu nome, constituída para este fim, referente a veículo licenciado no Município de Belo Horizonte na categoria "aluguel".

e.1) O veículo a ser apresentado deverá obedecer as normas de detalhamentos constantes no Regulamento do Serviço, Identidade Visual dos Veículos e Padrão Técnico dos Veículos.

e.2) A idade do veículo a ser considerada para fins de pontuação obedecerá à tabela abaixo:

IDADE DO VEÍCULO	PONTUAÇÃO
Acima de 5 anos	0 ponto
De 4 anos e 1 dia a 5 anos	100 pontos
De 3 anos e 1 dia a 4 anos	200 pontos
Até 3 anos	300 pontos





**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

f) Comprovante “Consulta Pontuação do Condutor” ou equivalente, emitido pelo DETRAN ou obtido pelo site do órgão na Internet, entre a data da publicação do Edital e a data-limite para entrega da proposta e referente aos 12 (doze) meses anteriores.

f.1) Sendo positiva a pontuação do prontuário, este deverá discriminar a(s) infração(ões) cometida(s).

f.2) Este item será pontuado negativamente, ou seja, sendo o prontuário positivo, será descontado da pontuação total do Licitante:

SITUAÇÃO	PONTUAÇÃO A SER DESCONTADA DA PONTUAÇÃO TOTAL DO LICITANTE
Com cometimento de infração grave ou gravíssima nos últimos 12 (doze) meses	100 pontos negativos
Sem cometimento de infração grave ou gravíssima nos últimos 12 (doze) meses	0,00 ponto

6.4 – Todos os documentos deverão ser apresentados no original, em fotocópias autenticadas na forma da Lei ou em publicação em jornal da Imprensa Oficial.

6.5 – Quaisquer documentos/declarações firmados pelos LICITANTES, se for o caso, deverão estar assinados pela Licitante ou o seu representante legal.

6.6 – Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atendam os requisitos e exigências deste Edital ou da legislação pertinente;
- b) não apresente o documento exigido na alínea “a” do subitem 3.1.1 do Edital;
- c) contenham em seu texto rasuras, ressalvas, emendas, borrões, entrelinhas, defeito de linguagem ou outros que impossibilitem o julgamento, salvo se, inequivocadamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais Licitantes, prejuízo à Administração Pública ou impedimento à exata compreensão de seu conteúdo;
- d) não atendam às exigências estabelecidas em diligências;

6.7 – Se duas ou mais Propostas em absoluta igualdade ficarem empatadas, a classificação se fará da seguinte forma:

- a) pelo LICITANTE que obtiver maior número de pontos para o item “Tempo de Experiência como Condutor”;
- b) pelo LICITANTE que obtiver maior número de pontos para o item “Idade do Veículo”.

6.7.1 – Permanecendo o empate, a classificação será obrigatoriamente decidida por sorteio, em ato público, para o qual os LICITANTES serão convocados por meio de publicação no DOM – Diário Oficial do Município e no site da BHTRANS.

6.8 – As propostas serão classificadas em ordem decrescente de pontuação, observados os critérios de desempate, se for o caso.

6.9 – Considera-se vencida a fase de classificação:

- a) se houver renúncia registrada em ata ou formalizada por escrito de todos os LICITANTES ao direito de interposição de recursos contra o resultado de classificação; ou
- b) após transcorrido o prazo legal, sem que tenha havido interposição de recurso(s); ou
- c) após publicação de deferimento ou indeferimento do(s) recurso(s) interposto(s).





**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

CAPÍTULO 7 EXAME DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

7.1 – O exame da documentação e o julgamento serão feitos mediante fiel observância da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas posteriores modificações e das disposições deste Edital.

7.1.1 – Serão consideradas inabilitados os LICITANTES que:

- a) tenham descumprido quaisquer das exigências habilitatórias deste Edital ou de seus Anexos.
- b) apresentem documentos em envelope diverso do especificado neste Edital e/ou cujos documentos que requerem assinatura não estejam devidamente assinados.

7.2 – A Comissão Permanente de Licitação poderá, no julgamento dos Documentos para Habilitação, desconsiderar evidentes falhas formais sanáveis e que não afetem o seu conteúdo.

7.4 – Considera-se vencida a fase de habilitação:

- a) se houver renúncia registrada em ata ou formalizada por escrito de todos os LICITANTES ao direito de interposição de recursos contra o resultado de habilitação; ou
- b) após transcorrido o prazo legal, sem que tenha havido interposição de recurso(s); ou
- c) após publicação de deferimento ou indeferimento do(s) recurso(s) interposto(s).

CAPÍTULO 8 CLASSIFICAÇÃO FINAL

8.1 – A CPL lavrará ata dos trabalhos, que conterá síntese dos fatos ocorridos e do julgamento e que indique, ainda, a ordem de classificação final dos LICITANTES, submetendo todo o procedimento à deliberação da autoridade competente, quanto à Homologação e Adjudicação do objeto licitado.

8.2 – A CPL se reserva o direito de solicitar ao Presidente, mediante despacho fundamentado, as necessárias providências para:

- a) HOMOLOGAR a licitação; ou
- b) ANULAR, total ou parcialmente, o procedimento em razão de ilegalidade ocorrida em seu curso; ou
- c) REVOGAR a licitação total ou parcialmente, em razão de interesse público.

CAPÍTULO 9 ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Inexistindo manifestação recursal ou decididos os recursos porventura interpostos, a Comissão Permanente de Licitação encaminhará o processo à autoridade competente, Sr. Presidente, para homologação do processo licitatório e adjudicação do objeto aos LICITANTES classificados.

CAPÍTULO 10 TERMO DE PERMISSÃO

10.1 – A BHTRANS, por meio de sua Gerência de Controle de Permissões – GECOP, convocará os adjudicatários para apresentarem, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da publicação da convocação no DOM – Diário Oficial do Município, a documentação exigida para cadastro prevista nos artigos 65 e 75 do Regulamento do Serviço Público de Transporte Coletivo Suplementar de Passageiros do Município de Belo Horizonte, considerando o disposto nas Normas Gerais de Execução do Serviço constante no Termo de Referência – Anexo I.

10.1.1 – Havendo reprovação da documentação apresentada, o adjudicatário terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias para sanar as irregularidades apontadas na análise.





**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

10.1.1.1 – Em caso de nova reprovação, o adjudicatário perderá o direito à delegação.

10.1.1.2 – Ocorrendo o disposto no subitem 10.1.1.1, a BHTRANS/GECOP convocará outro adjudicatário, observada a ordem de classificação.

10.1.2 – Não será aprovada a documentação do adjudicatário que estiver com o direito de dirigir suspenso ou com a CNH – Carteira Nacional de Habilitação cassada.

10.2 – Em relação ao adjudicatário portador de deficiência, após a aprovação da documentação para cadastro, este será convocado para avaliação por Perícia Médica, visando à comprovação da deficiência declarada no Laudo Médico apresentado na licitação, considerando o enquadramento da deficiência em pelo menos uma das normas legais vigentes e, ainda, a capacidade física para a prestação do serviço objeto desta licitação.

10.2.1 – Em caso de reprovação na perícia médica, o adjudicatário perderá o direito à delegação.

10.2.1.1 – Ocorrendo o disposto no subitem 10.2.1, a BHTRANS/GECOP convocará o próximo classificado portador de deficiência.

10.2.1.2 – Não havendo portador de deficiência classificado, a BHTRANS convocará outro adjudicatário, observada a ordem de classificação geral.

10.3 – Após o cumprimento da exigência do item 10.1 e, se for o caso, da exigência do subitem 10.2, o adjudicatário será convocado para apresentar, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, o veículo para vistoria de inclusão.

10.3.1 – O prazo para apresentação do veículo poderá ser prorrogado uma única vez, por mais 90 (noventa) dias, se o adjudicatário comprovar dificuldades no recebimento do veículo adquirido, por culpa exclusiva do fabricante.

10.3.1.1 – O adjudicatário deverá apresentar a solicitação de prorrogação de prazo à BHTRANS/GECOP, juntamente com o documento comprobatório, dentro do prazo inicialmente concedido (item 10.3) para ter direito à prorrogação.

10.3.2 – O veículo apresentado deverá estar em consonância com as condições declaradas pelo licitante na sua Proposta Técnica e, ainda, estar em conformidade com os termos do Regulamento do Serviço Público de Transporte Coletivo Suplementar de Passageiros do Município de Belo Horizonte.

10.3.3 – Havendo reprovação do veículo apresentado, o adjudicatário terá o prazo máximo 15 (quinze) dias para sanar as irregularidades apontadas na vistoria.

10.3.3.1 – Em caso de nova reprovação do veículo, o adjudicatário perderá o direito à delegação.

10.3.4 – Ocorrendo o disposto no subitem 10.3.3.1, a BHTRANS/GECOP convocará o próximo classificado, observada a ordem de classificação.

10.4 – Após a aprovação dos veículos, os adjudicatários serão convocados pela BHTRANS/GECOP para procederem à “Opção de Linha” dentre as vagas disponíveis na data da convocação, observada a ordem de classificação.

10.4.1 – O adjudicatário que não atender à convocação para “Opção de Linha” na data determinada, perderá o direito à opção, cabendo à BHTRANS determinar a sua linha de operação.

10.5 – Após a realização da “Opção de Linha”, a BHTRANS/GECOP convocará os adjudicatários para assinatura do Termo de Permissão.

10.5.1 – A assinatura do Termo de Permissão está condicionada ao cumprimento, pelos adjudicatários, das seguintes exigências:

a) Aprovação da documentação para cadastro, nos termos item 10.1.





**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

b) Aprovação na perícia – para os adjudicatários portadores de deficiência – nos termos do item 10.2.

c) Aprovação do veículo, nos termos do item 10.3.

d) Comprovação da constituição do Consórcio, conforme disposto no Capítulo 6 do Regulamento do Serviço Público de Transporte Coletivo Suplementar de Passageiros do Município de Belo Horizonte.

10.5.2 – Não poderá assinar o Termo de Permissão o adjudicatário que estiver com o direito de dirigir suspenso ou com a CNH – Carteira Nacional de Habilitação cassada.

10.6 – O não atendimento ao disposto nos subitens 10.5.1 ou 10.5.2 implicará na perda do direito à delegação.

10.6.1 – Ocorrendo o disposto no item 10.6, a BHTRANS/GECOP realizará nova convocação para ocupar a vaga na linha que foi disponibilizada, observada a ordem de classificação.

10.6.1.2 – O adjudicatário convocado deverá cumprir todas as exigências dispostas nesse Capítulo para assinatura do Termo de Permissão.

10.7 – Após a assinatura do Termo de Permissão, a BHTRANS expedirá a ordem de serviço na qual constará a data de início da prestação dos serviços.

10.7.1 – A ordem de serviço para início da operação de cada linha será emitida após todos os permissionários da linha terem assinado o Termo de Permissão.

10.8 – A prestação do serviço delegada por meio desta Concorrência Pública está submetida ao CTB – Código de Trânsito Brasileiro, ao Regulamento do Serviço Público de Transporte Coletivo Suplementar de Passageiros e às legislações pertinentes, sujeitando-se o Permissionário, em caso de infração, às penalidades nelas previstas.

10.9 – O Termo de Permissão decorrente da presente licitação será regido pelas cláusulas e condições estabelecidas na Minuta do Termo de Permissão constante do Anexo IX, bem como subordinado às normas das Leis Federais nº 8.666/93, 8.987/95, 10.098/00, 10.233/01, além da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, a Lei Municipal nº 5.953/91, do Estatuto Social da BHTRANS, consolidado pelo Decreto nº 10.941/02, pelo Regulamento do Serviço, pelo Decreto Municipal nº 15.996/2015 e às demais normas atinentes à operação do Serviço, e será celebrado entre a BHTRANS e o Adjudicatário de cada Permissão, devendo a BHTRANS organizar, dirigir, coordenar, planejar, controlar, administrar, gerenciar e fiscalizar o Serviço.

10.10 – As vagas oriundas de extinção de Permissão do STSP serão preenchidas pelos licitantes classificados neste certame, dentro do prazo de validade desta licitação, obedecida a ordem de classificação, observando-se os procedimentos descritos neste Capítulo e no Regulamento do Serviço Público de Transporte Coletivo Suplementar de Passageiros.

CAPÍTULO 11

OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

11.1 – Sem prejuízo das disposições previstas em lei e outras definidas na Minuta do Termo de Permissão – Anexo IX e no Regulamento do Serviço Público De Transporte Coletivo Suplementar De Passageiros, obriga-se o PERMISSONÁRIA a:

11.1.1 – Assegurar a boa qualidade dos serviços prestados.

11.1.2 – Assumir inteira responsabilidade civil e administrativa por danos e prejuízos que causar por descumprimento, omissões ou desvios na qualidade técnica do objeto desta licitação.

11.2 – As demais obrigações e responsabilidades das partes contratantes estão definidas e detalhadas na Minuta do Termo de Permissão – Anexo IX e no Regulamento do Serviço Público De Transporte Coletivo Suplementar De Passageiros.





**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

CAPÍTULO 12 CONDIÇÕES FINANCEIRAS DA CONTRATAÇÃO

12.1 – CONDIÇÕES FINANCEIRAS DA CONTRATAÇÃO

As condições financeiras estão definidas no Termo de Referência – Anexo I e na Minuta do Termo de Permissão – Anexo IX.

12.2 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O Termo de Permissão de serviço público decorrente da presente licitação será executado sem ônus para o Poder Concedente.

CAPÍTULO 13 IMPUGNAÇÕES E RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1 – CONDIÇÕES PARA APRESENTAÇÃO DE IMPUGNAÇÕES

13.1.1 – Qualquer cidadão poderá impugnar os termos deste Edital apontando as falhas e irregularidades que o viciariam, devendo protocolar o pedido em até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de proposta, preservado o disposto no § 2º do art. 41 da Lei 8.666/93.

13.1.2 – A impugnação deverá obedecer aos seguintes requisitos, sob pena de não serem conhecidos:

- a) ser dirigido à Comissão Permanente de Licitação;
- b) ser apresentado em uma via original, contendo nome completo, CPF, endereço, telefone e/ou e-mail do impugnante, rubricado em todas as folhas e assinado pelo impugnante ou seu representante legal, devidamente comprovado;
- c) ser protocolizado na sede da BHTRANS, à Av. Engenheiro Carlos Goulart, n.º 900, Bairro Buritis, Belo Horizonte – MG, CEP: 30.455-902, até às 16 horas do dia de seu vencimento.

13.1.3 – A CPL – Comissão Permanente de Licitação não se responsabilizará por impugnação encaminhada por via postal ou equivalente (serviços especializados de entrega, transportadoras etc.), entregue em locais diversos do mencionado na alínea “c” do subitem 13.1.2 e que, por isso, não seja protocolizada no prazo legal, independentemente da data e horário da postagem ou da remessa.

13.1.4 – Não será considerada impugnação enviada por fax ou por qualquer tipo de correio eletrônico.

13.1.5 – A apresentação de impugnação, após o prazo estipulado, não a caracterizará como tal, recebendo tratamento como mera informação.

13.1.6 – A decisão da CPL será enviada ao impugnante via fax ou e-mail, podendo ser divulgada no *site* da BHTRANS para conhecimento de todos os interessados.

13.1.7 – Nos termos do § 2º do art. 41 da Lei nº 8.666/93, decairá do direito de impugnar os termos deste Edital aquele que, tendo-o aceitado sem objeção, venha a apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que o viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

13.2 – CONDIÇÕES PARA APRESENTAÇÃO DE RECURSOS E CONTRARRAZÕES

13.2.1 – O LICITANTE poderá apresentar recursos contra as decisões da CPL – Comissão Permanente de Licitação, nos termos do art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93.

13.2.2 – Interposto recurso, a CPL dará ciência aos demais LICITANTES por meio de publicação no DOM – Diário Oficial do Município e no *site* da BHTRANS, que poderão impugná-lo no prazo legal.

13.2.3 – O recurso e respectivas contrarrazões deverão obedecer aos seguintes requisitos, sob pena de não serem conhecidos:





**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

- a) ser dirigido ao Presidente da BHTRANS, aos cuidados da Comissão Permanente de Licitação, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, após a publicação dos resultados no DOM – Diário Oficial do Município;
- b) ser dirigido ao Presidente da BHTRANS, nos casos de anulação ou revogação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;
- c) ser apresentado em uma via original, contendo nome completo, CPF, endereço, telefone e/ou e-mail, rubricado em todas as folhas e assinado pelo Recorrente ou seu representante legal, devidamente comprovado.
- d) ser protocolizado na sede da BHTRANS, à Av. Engenheiro Carlos Goulart, n.º 900, Bairro Buritis, Belo Horizonte – MG, CEP: 30.455-902, até às 16 horas do dia de seu vencimento.

13.2.4 – A CPL – Comissão Permanente de Licitação não se responsabilizará por recursos e contrarrazões encaminhados por via postal ou equivalente (serviços especializados de entrega, transportadoras etc.), entregues em locais diversos do mencionado na alínea “d” do subitem 13.2.3 e que, por isso, não sejam protocolizados no prazo legal, independentemente da data e horário da postagem ou da remessa.

13.2.5 – Não serão considerados recursos enviados por fax ou por qualquer tipo de correio eletrônico.

13.2.6 – Os prazos de recurso poderão ser dispensados, caso haja concordância absoluta dos LICITANTES, devendo o fato ser registrado em Ata.

13.2.7 – O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.2.8 – O recurso será julgado nos termos do art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93.

13.2.9 – A decisão acerca do recurso interposto será divulgada por meio de publicação no DOM – Diário Oficial do Município e no *site* da BHTRANS.

CAPÍTULO 14 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 – Constitui ilícito administrativo todo descumprimento de dever legal ou de regra prevista neste Edital e nos seus Anexos, que notadamente:

- a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;
- b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório;
- c) tumultuar a sessão pública de licitação;
- d) devassar o sigilo de proposta técnica apresentada em procedimento licitatório, ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo;
- e) afastar ou procurar afastar LICITANTE, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- f) abster-se ou desistir de licitar, em razão de vantagem oferecida;
- g) deixar de entregar documentação exigida para o certame licitatório;
- h) desistir da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Administração;
- i) propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;

14.1.1 – Aplicar-se-á as penalidades nos termos previstos no Decreto Municipal 15.113/2013, destacando-se o disposto no inciso III, artigo 7º no que se refere ao procedimento licitatório e demais sanções previstas na Lei nº 8.666/93.

14.1.2 – A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções administrativas.

14.2 – As penalidades e os percentuais das multas decorrentes do descumprimento contratual estão





**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

indicados no Regulamento do Serviço Público De Transporte Coletivo Suplementar De Passageiros e na Minuta do Termo de Permissão – Anexo IX.

14.3 – As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório.

CAPÍTULO 15 DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 – As dúvidas surgidas na aplicação deste Edital serão esclarecidas pela CPL, respeitada a legislação pertinente, facultando-se aos LICITANTES formular consultas à Comissão, por escrito (através do e-mail: bhtrans.cpl@pbh.gov.br ou via fax: (0xx31) 3379-5590), até o 5º (quinto) dia útil anterior à data limite prevista para a entrega das propostas.

15.1.1 – As respostas, quando de caráter geral, serão publicadas no DOM – Diário Oficial do Município e/ou disponibilizadas no *site* da BHTRANS.

15.1.2 – As respostas, que forem caracterizadas como meros esclarecimentos, serão encaminhadas por fax ou e-mail diretamente à pessoa que apresentou as dúvidas e poderão ser disponibilizadas no *site* da BHTRANS.

15.2 – O LICITANTE é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do LICITANTE ou a extinção da permissão, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

15.3 – Fica entendido que toda a documentação apresentada pelos LICITANTES se completa entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado como especificado e válido, na hipótese de possíveis divergências futuras.

15.4 – A CPL, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões ou erros formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinadas a esclarecer a instrução do processo, conforme disposto no art. 43, § 3º da Lei Federal nº 8.666/93.

15.4.1 – No caso de diligência, se houver solicitação de documentos, estes deverão ser apresentados no original, em cópias legíveis autenticadas por cartório competente ou em publicação em jornal da Imprensa Oficial.

15.4.2 – O não cumprimento da diligência ensejará a inabilitação do LICITANTE ou a desclassificação da proposta técnica.

15.5 – A participação do LICITANTE implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste Edital e seus Anexos, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

15.6 - As Permissões delegadas pela BHTRANS para prestação do serviço público de transporte coletivo suplementar de passageiros obedecerão aos seguintes preceitos: caráter precário, temporário, inalienável, impenhorável, personalíssimo, intransferível e vedada a subpermissão.

15.7 – O REGULAMENTO estabelecerá os casos de suspensão da Permissão, podendo resultar em sua Caducidade, conforme o caso.

15.8 – Na contagem dos prazos estabelecidos para o procedimento desta licitação e demais prazos eventualmente fixados pela CPL, será excluído o dia do início e incluído o dia do vencimento e considerar-se-ão os dias consecutivos, sabendo-se que os prazos referidos só se iniciam e vencem em dia de expediente na BHTRANS e nos horários estabelecidos neste Edital.

15.9 – O LICITANTE responderá pela veracidade dos dados e declarações por ele fornecidos, sob as penas da lei.





**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

15.10 – A BHTRANS poderá, a qualquer tempo, antes de firmar o Termo de Permissão, desclassificar a proposta ou desqualificar LICITANTE, sem que a este caiba o direito de indenização ou reembolso, na hipótese de vir a comprovar a existência de fato ou circunstância, superveniente à habilitação, que afete os requisitos de habilitação ou de classificação, ou, ainda, que reduza sua capacidade de operação.

15.11 – Os casos fortuitos ou de força maior que prejudiquem a assinatura do Termo de Permissão deverão ser comunicados por escrito e devidamente comprovados dentro do prazo de 5 (cinco) dias do evento, para análise e decisão da BHTRANS.

15.12 – Os termos dispostos neste Edital, as cláusulas e condições contratuais e as constantes dos demais Anexos se completam entre si, reportando um instrumento ao outro em caso de dúvidas ou omissões.

15.13 – Todos os procedimentos relativos à presente licitação, inclusive quanto aos casos omissos, subordinam-se às disposições e aos princípios contidos na legislação mencionada neste Edital e demais instrumentos legais pertinentes.

15.14 – A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo a BHTRANS revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou provação, mediante ato escrito e fundamentado.

15.15 – Os casos fortuitos e de força maior, que prejudiquem o cumprimento do Contrato, deverão ser comunicados por escrito e devidamente comprovados dentro do prazo de 5 (cinco) dias do evento, para que possam ser considerados válidos, a critério da BHTRANS, quando a empresa ADJUDICATÁRIA alegar a sua ocorrência, para que sejam relevadas as penalidades aplicadas.

15.16 – Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação.

Belo Horizonte, 15 de março de 2016.

Ramon Victor Cesar

Presidente

Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A. – BHTRANS

CPL - BHTRANS

Endereço: Av. Eng.º Carlos Goulart, n.º 900, Prédio 1, Bairro Buritis

30.455-902 – Belo Horizonte/MG

Telefone: 0xx 31 3379-5591

Fax: 0xx 31 3379-5590

Site: www.pbh.gov.br/bhtrans

e-mail: bhtrans.cpl@pbh.gov.br

